



Modalidade do trabalho: Ensaio teórico

Evento: XVII Jornada de Pesquisa

DESENVOLVIMENTO PELO CAMINHO DA COOPERAÇÃO?¹

Walter Frantz², Ana Righi Cenci³.

¹ Pesquisa vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências, UNIJUI

² Professor do DCJS/UNIJUI

³ Bolsista PIBIC/CNPq

Resumo: O objeto da pesquisa é a problemática da cooperação em processos de desenvolvimento. Muitos são os aspectos cooperativos nas relações econômicas. Relações cooperativas podem constituir caminhos de intervenção em processo sociais de desenvolvimento. O envolvimento dos associados com as atividades de uma cooperativa, na medida em que promovem aprendizagens, que decorrem da interação entre os associados, dirigentes, funcionários ou outros interlocutores, presentes no espaço da cooperação, pode constituir um processo educativo a favor do desenvolvimento local.

Palavras-chave: Movimento cooperativo, organização cooperativa, cooperação, educação para a cooperação.

Introdução

No cenário hegemônico do sistema econômico, as relações sociais são, predominantemente, concorrenciais, orientadas pela lógica da acumulação capitalista. A lógica do capital se afirmou como motivação para a produção e a distribuição dos bens e das riquezas. Porém, a racionalidade econômica capitalista é seletiva e excludente. Em razão disso, para grande parte da população é difícil a inserção na economia capitalista, diretamente, pelo caminho da concorrência.

Evidencia-se nesse cenário a necessidade de novas relações econômicas, novas relações de trabalho, novas relações de poder, de novos conhecimentos. Para a maioria dos seres humanos, hoje, está posto o desafio de construir novos referenciais de orientação para suas práticas, especialmente, com relação às questões sociais e ambientais. O cenário aponta à necessidade de construção de novos mecanismos de defesa às economias mais fracas, diante do poder dos mercados, submetidos à lógica do capital.

Certamente, um dos maiores desafios para o século XXI será o de recolocar as necessidades humanas no lugar da busca do lucro, isto é, de promover a economia do humano, entendida como processo aberto a relações cooperativas, através das quais a cooperação assume um sentido político. No processo dessa politização, abre-se espaço e lugar para a educação e o conhecimento crítico. Isso, certamente, implica em mudanças na concepção do processo de desenvolvimento das sociedades contemporâneas.

A pesquisa se orienta pelo pressuposto de que relações cooperativas podem constituir caminhos de intervenção em processo sociais de desenvolvimento. O envolvimento dos associados com as atividades da cooperativa pode constituir um processo educativo a favor do desenvolvimento de suas



Modalidade do trabalho: Ensaio teórico

Evento: XVII Jornada de Pesquisa

comunidades/localidades de inserção, na medida em que constroem conhecimentos e aprendizagens, no espaço da cooperação.

Objetivos

Analisar e interpretar os limites e as possibilidades do poder de intervenção das organizações cooperativas em processos de desenvolvimento local. Entender o lugar da educação no espaço da cooperação e do desenvolvimento local.

Metodologia

O caminho da presente pesquisa passa pelo estudo bibliográfico sobre desenvolvimento e organizações cooperativas, analisando e interpretando a dinâmica de suas relações. Isto é, pela abordagem das concepções teóricas sobre desenvolvimento e organização de processos cooperativos, orientado pelas hipóteses constituídas, busca-se identificar e compreender a relação dos dois fenômenos. Trata-se de uma pesquisa qualitativa com ênfase em base bibliográfica, cuja abordagem metodológica está fundada em referenciais teóricos de concepção histórica e interpretação dialético-crítica da realidade social (dos fenômenos da cooperação e da educação).

Escreve Mario Osório Marques (1998, p. 93), apontando caminhos ao pesquisador: “Começamos de fato a pesquisar quando começamos a escrever a partir de um tema, assunto, hipótese, título”. Diz Marques (1998, p. 98) que, definido o tema, a problemática, as hipóteses orientadoras da investigação, “cabe ao pesquisador convocar uma específica comunidade de argumentação”, isto é, interlocutores à discussão do que se busca desenvolver, com o objetivo de fundamentá-la com o necessário referencial teórico que leve à compreensão do mundo.

Segundo Marques (1998, p. 59) a pesquisa não exige que se façam leituras para inseri-las no texto, “mas que tenha o pesquisador bem-definidos seus propósitos, e então busque leituras a eles adequadas”. A leitura é a principal porta de entrada do caminho do presente projeto de pesquisa, no entanto, “não só das dos livros, mas das do mundo, das da vida, de nossas conversas de uns com outros, de nossas prévias experiências, isto é, de nossa capacidade de dizer a outrem o que aprendemos” (MARQUES, 1998, p. 112).

Discussão

Afirma Lipietz (1988) que vivemos em um momento de muitas dúvidas e interrogações. Já não temos mais tantas certezas. Muita coisa que parecia ser uma verdade inquestionável já caiu por terra. Mudamos muitos de nossos valores, de nossos pensamentos, de nossos comportamentos.

Na visão de Pinto (1999, p. 17) impõe-se, “uma necessidade profunda da análise científica sobre a sociedade humana que conduza à criação, ou invenção, de novas formas e padrões de coexistência e cooperação dos seres humanos entre si e das sociedades humanas com seu meio ambiente”.

Maréchal (2000, p. 11), ao falar da economia de mercado globalizada, observa que “não obstante uma riqueza em crescimento tendencial e cujo nível absoluto nunca foi tão elevado, as sociedades de economia de mercado mostram-se incapazes de impulsionar uma dinâmica de progresso proveitosa para todos”. Esses aspectos são, especialmente, visíveis nos países periféricos, mas também com



Modalidade do trabalho: Ensaio teórico

Evento: XVII Jornada de Pesquisa

reflexos nas sociedades dos centros hegemônicos da economia mundial, através da produção de “refugo humano” (BAUMAN, 2005).

Segundo Bauman (2005, p. 25), “para qualquer um que tenha sido excluído e marcado como refugo, não existem trilhas óbvias para retornar ao quadro dos integrantes”. A economia capitalista está cada vez mais fundada nas tecnologias de ponta e não no trabalho humano. Como consequência disso se estabeleceu um complexo processo de exclusão social. “A expansão global da forma de vida moderna liberou e pôs em movimento quantidades enormes e crescentes de seres humanos destituídos de formas e meios de sobrevivência [...] (BAUMAN, 2005, p. 14)”.

A mundialização da racionalidade capitalista, segundo Faundez (2001, p. 175), “destrói os elos sociais, econômicos e culturais da maior parte das sociedades, impondo e valorizando somente as ligações econômicas entre as pessoas”. Por sua vez, Barcellona (1999, p. 184) escreve que as culturas fundadas “sobre o estabelecimento dos princípios [...] da solidariedade e da reciprocidade, parecem ser herança de um passado irrevogavelmente superado”. Segundo o autor, vive-se uma época do “desmanche” de tradições, valores, na qual produzir e distribuir bens ganha novos sentidos. O sentido capitalista parece preencher o “vazio desse desmanche” pelo individualismo e pela concorrência. Esse sentido, segundo o autor (1999, p. 190) “define-se como uma estratégia seletiva da possibilidade de ação”. Seria, então, o caminho da lógica capitalista a única possibilidade de ação?

Milton Santos (2001, p. 168) em tom de confiança no futuro da humanidade escreve:

A crise por que passa hoje o sistema, em diferentes países e continentes, põe à mostra não apenas a perversidade, mas também a fraqueza da respectiva construção. Isso, conforme vimos, já está levando ao descrédito dos discursos dominantes, mesmo que outro discurso, de crítica e de proposição, ainda não haja sido elaborado de modo sistêmico.

Vive-se uma crise de sistema que parece ter como ápice o fato de que uma sociedade mais justa e acolhedora para todos não caber na ordem predominante do sistema-mundo capitalista. É nesse espaço de crise que se pode recolocar a questão do cooperativismo como um lugar de prática social de dimensão econômica e cultural, com a possibilidade de construir poder de participação e que instrumentalize a quem coopera, nas relações de produção e de distribuição de riquezas.

Afirma Milton Santos (1996, p. 252): “A história concreta do nosso tempo repõe a questão do lugar numa posição central”. O autor fala da força do lugar. O movimento cooperativo em determinado contexto de relações sociais, especialmente, no campo da economia, pode vir a ser a força do lugar. Desse modo, práticas cooperativas podem se traduzir em desenvolvimento local pela construção de consciência e força nas relações sociais, especialmente, do campo político e econômico.

Para Teixeira (2001, p. 94-95)

o local passa a constituir-se num espaço de experiências inovadoras de gestão e iniciativas de ação cidadã [...] Buscando melhorar sua qualidade de vida ou defender-se de alguma situação perversa [...] formam-se grupos de ajuda mútua, reúnem-se esforços e promovem-se ações conjuntas. Nascem assim muitas organizações, cuja base é local, mas que podem estruturar-se em redes regionais, nacionais ou internacionais.





Modalidade do trabalho: Ensaio teórico

Evento: XVII Jornada de Pesquisa

O termo local implica, inicialmente, a noção de lugar geográfico. Em se tratando de proximidade de pessoas, a noção geográfica passa a ter sentido sociológico e político. Passa a ser um local de encontro, de aproximação, de diálogo, de identidade cultural, em termos de valores e comportamentos. Na visão de Milton Santos (2001, p. 165) “os efeitos de vizinhança parecem impor uma possibilidade maior de identificação das situações, [...] na vida material como na ordem intelectual”, permitindo a afirmação de uma nova consciência, de uma nova compreensão, a respeito do mundo e do lugar construído, isto é, da organização cooperativa.

No horizonte dessa compreensão, impõe-se a necessidade de ruptura do status quo e da construção de algo novo, isto é, de uma alternativa. Identificar e compreender os desafios desse processo histórico, construir meios de atuação, inserir-se e agir sobre ele, tornam-se urgentes tarefas políticas, seja individualmente ou coletivamente, através de movimentos sociais e organizações. Tornam-se desafios à educação como um processo de conhecimento, isto é, de tomada de consciência crítica do mundo. Segundo Faundez (2001, p. 186), “A crítica torna-se, então, a chave de toda apropriação e o princípio educativo fundamental que deveria guiar o processo educativo”.

Escreveu Freire (1975, p. 42): “Quanto mais as massas populares desvelam a realidade objetiva e desafiadora sobre a qual elas devem incidir sua ação transformadora, tanto mais se ‘inserir’ nela criticamente”. Afirma Rüsen (2007, p. 61): “Lembrar-se daquilo que era e de como se tornou o que é, faz plausível, para o sujeito, tornar-se outro”. O conhecimento crítico de si e da realidade na qual se vive, assim, passa a ser constitutivo de uma consciência, de um poder de mudança da realidade social. De acordo com Morin (2004, p. 76), “O homem sujeito de sua história, dialogando com seus parceiros humanos, é capaz de atingir um nível de consciência crítica que lhe permita de transformar a sociedade circundante”. No entanto, afirma Wallerstein (2007, p. 27) que a construção de alternativas reais ao sistema-mundo vigente “não se concretizará de modo automático ou inevitável”. Assim, impõe-se o debate sobre que tipo de sociedade se quer, isto é, sobre o seu desenvolvimento. Ganha espaço o debate sobre a problemática social, visando encontrar instrumentos de intervenção para um desenvolvimento social justo e sustentável.

O desenvolvimento como fenômeno social começa com os próprios indivíduos envolvidos. E, como tal, tem a ver com a educação, com a formação de cada um, constituindo-se esta em desafio central no desenvolvimento local. Nas circunstâncias de um processo social, que tem em sua base a dinâmica da oferta e da procura de oportunidades, o desenvolvimento começa com a aprendizagem, com a educação, com a formação e a qualificação de seus atores.

Assim, o desenvolvimento é um processo que acontece como produto das relações sociais do campo da cultura, da política, da economia, da educação. Portanto, desenvolver-se exige a construção das próprias condições de vida social pela ação dos seres humanos. Especialmente, no processo de desenvolvimento local, é imprescindível o reconhecimento da multiplicidade e diversidade das potencialidades humanas.

Historicamente, as cooperativas surgiram como reação às ameaças de exclusão social, buscando defender e valorizar o trabalho, em meio ao processo de produção e distribuição de riquezas. Cooperativas carregam em si o potencial do diálogo, da ação entre pessoas com interesses e



Modalidade do trabalho: Ensaio teórico

Evento: XVII Jornada de Pesquisa

necessidades idênticas, constituindo-se em base para a elaboração de capital social. O fenômeno da associação com o sentido de cooperação se pode estender do campo das ideias até às práticas sociais, sejam elas práticas da cultura, da política ou da economia. No conceito de associação está implícita a ideia de movimento em direção ao outro. Nesse movimento estão experiências, as intenções, os interesses das pessoas que se aproximam.

A associação é um movimento carregado pela intenção de quem se movimenta e se aproxima; daí o seu sentido social, pois, a intenção vai em direção ao outro. Pela comunicação se ajustam os interesses, as intenções das pessoas. Na dinâmica da comunicação do processo associativo, constrói-se a força e o sentido comum do movimento social dos que se aproximam e identificam. Portanto, na identificação, aglutina-se uma força social que se dinamiza pela comunicação. Constrói-se poder de ação que se realiza pela organização da cooperação.

A associação pode ser entendida como um movimento que vai do lugar individual ao coletivo. Esse é o sentido político do processo, do qual nascem as cooperativas, que podem representar espaços sociais, através dos quais as pessoas desenvolvem sentimentos, ideias, valores, comportamentos, conhecimentos, aprendizagens, estruturas de poder de atuação, na sociedade. Nas práticas cooperativas, podem-se desenvolver sentidos não apenas instrumentais, em termos de economia, mas que tenham significados para a vida das comunidades de sua inserção operacional.

Conclusões

Cooperativas carregam dentro delas um potencial de capital social que pode ser ativado em processos de desenvolvimento, especialmente, de âmbito local. Porém, essa ativação depende de consciência e vontade políticas. Não se trata de processo espontâneo, mas um desafio à educação para a cooperação. No sentido da comunicação, do diálogo, do debate, da argumentação, a cooperativa é um lugar estratégico, podendo constituir-se em um grupo criativo e inovativo, no de desenvolvimento de uma comunidade.

Diante dessa compreensão, pode-se admitir uma cooperativa como caminho de intervenção em processos de desenvolvimento local, desde que organize poder nas relações econômicas e se constitua em processo educativo de construção de novos laços sociais, nova cultura política, novos caminhos de economia. Na comunicação do trabalho cooperativo está a possibilidade de uma inteligência coletiva e criativa com reflexos, certamente, no desenvolvimento local.

Enfim, ao se afirmar que o desenvolvimento não é apenas resultado de caminhos técnicos, mas de processos políticos, abre-se espaço à cultura, à educação. Recoloca-se o problema do desenvolvimento nos espaços locais, nas proximidades humanas, nas relações entre as pessoas, nos espaços do associativismo e das práticas cooperativas. Assim, a cooperação pode vir a ser um caminho de intervenção em processos sociais de desenvolvimento, na medida em que estes levam à constituição de “espaços de poder”, nas relações de mercado, à constituição de novas formas de organização; ao desenvolvimento de novas tecnologias de produção, de novos produtos ou de produtos estratégicos, de novos mecanismos de comercialização, de novos mercados.

Potencialmente, o cooperativismo contém o desenvolvimento local, principalmente, quando as organizações cooperativas garantem espaço à participação dos associados, não apenas na parte



Modalidade do trabalho: Ensaio teórico

Evento: XVII Jornada de Pesquisa

econômica, mas também estimula o crescimento cultural e político dos associados. O conceito de política está relacionado com a capacidade reação das pessoas frente aos problemas e desafios da vida. Portanto a organização cooperativa tem também um sentido político e que passa pela prática social da educação para a cooperação.

Fontes bibliográficas:

BARCELONA, Pietro. Triunfo do Ocidente e Decomposição da Práxis Vital. In: OLIVEIRA, Flávia A Martins (org.). Globalização, Regionalização e Nacionalismo. UNESP, 1999, p. 181-205.

BAUMAN, Zygmunt. Vidas desperdiçadas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

FAUNDEZ, Antonio. O processo de globalização da economia e a educação popular. In: FAUNDEZ, Antonio (org.). Educação, desenvolvimento e cultura: contradições teóricas e práticas. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

LIPIETZ, Alain. Miragens e milagres: problemas da industrialização no terceiro Mundo. São Paulo: Nobel, 1988.

MARÉCHAL, Jean-Paul. Humanizar a economia. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.

MARQUES, Mario Osório. Escrever é preciso: o princípio da pesquisa. Ijuí: UNIJUI, 1998.

MORIN, André. Pesquisa-ação integral e sistêmica: uma antropopedagogia renovada. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

PINTO, Luiz Aguiar Costa. Mundo Pós-moderno. Notas para discussão e registro histórico. In: MAIO, Chor, BÔAS, Gláucia Villas (orgs.). Ideais de modernidade e sociologia no Brasil. Ensaio sobre Luiz Aguiar Costa Pinto. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 1999, p. 13-19.

RÜSEN, Jörn. História viva: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

SANTOS, Milton. A força do lugar. In: SANTOS, Milton. A natureza do espaço – técnica e tempo – razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

TEIXEIRA, Elenaldo. O local e o global: limites e desafios da participação cidadã. São Paulo: Cortez; Recife: EQUIP; Salvador: UFBA, 2001.

WALLERSTEIN, Immanuel. Impensar a ciência social: os limites dos paradigmas do Século XIX. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2006.